

Pioneiros, fundadores e aventureiros – a ocupação de terras em Rondônia

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.145519>

Manuela Souza Siqueira Cordeiro

🏠 Universidade Federal de Roraima | Boa Vista, RR, Brasil

✉ cordeiro.manuela@gmail.com

RESUMO

Na região de Ariquemes, durante a década de 1970, foram implantados dois projetos de assentamento dirigidos (PADs), como parte da iniciativa de colonização do governo militar. Durante as primeiras incursões ao campo, percebi que muito daquilo que me interessava pesquisar sobre Rondônia confluía para uma identificação específica que caracterizava grande parte daqueles que foram responsáveis pela ocupação das terras no estado: o “pioneiro”. Este artigo tem como objetivo problematizar o uso de categorias posicionais ligadas ao processo de transformação da “floresta” em “terra”, isto é, a terra sem valor comercial para a “terra aberta” e, portanto, agricultável, destacando diferentes períodos. No momento da ocupação das terras, os ocupantes se consideravam “aventureiros”, havendo também desdobramento na categoria circunscrita a um momento histórico posterior, a de “fundador”. Na descrição etnográfica trazida para o texto, a partir de conversas realizadas com seis “pioneiros”, salientarei a diferença no uso das referidas categorias.

PALAVRAS-CHAVE

Pioneirismo, projetos de colonização, deslocamento, Rondônia

INTRODUÇÃO

A “ocupação dos vazios demográficos” em Rondônia teve início com a ação da colonizadora privada denominada Calama S.A., que atuava na cidade de Vila Rondônia, atualmente município de Ji-Paraná. Esta colonizadora adquiriu uma grande área de terra pertencente aos seringais em 1968, denominada gleba Pyri-neus. O conceito adotado para “projeto de colonização” pelo Incra é: “a unidade básica das atividades de colonização que se caracteriza por um conjunto de parcelas rurais integradas a uma sede administrativa, serviços técnicos e comunitários” (1984). O termo “ocupar espaços vazios” está conjugado com a “redução de áreas de tensão social”. A conclusão da abertura da antiga BR-29, hoje BR-364, é vista como um dos fatores que influenciaram decisivamente no relacionamento de Rondônia com o Centro-Sul. Esta influência aconteceu pela ligação com as outras regiões do país por meio da rodovia, com a possibilidade de escoamento de produtos e acesso mais facilitado ao estado por parte dos trabalhadores que não possuíam terras no Centro-Sul.

No entanto, a política de colonização não foi a primeira forma de ocupação das terras no território onde se localiza o estado de Rondônia. A região de Ariquemes, na qual os dois projetos de assentamento foram implantados, eram áreas do distrito de Porto Velho desde a criação do Território Federal do Guaporé. O “Território do Guaporé” foi criado pelo decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Já em 17 de fevereiro de 1956, a área passou a se denominar Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido Pereira da Silva Rondon. O estado de Rondônia foi criado posteriormente, em 1982. Essa região, por sua vez, era o ponto de apoio para a atividade garimpeira da região, principalmente a extração de cassiterita. Portanto, ficam em contradição as análises que consideram a terra “virgem” ou um “vazio demográfico”, uma vez que seringueiros, seringalistas, garimpeiros, populações indígenas e outros sujeitos sociais ocupavam a área de Ariquemes antes mesmo da colonização que teve início na década de 1970.

Na região de Ariquemes, durante a década de 1970, foram implantados dois projetos de assentamento dirigidos (PAD), como parte da iniciativa de colonização do governo militar. O PAD Burareiro distribuía lotes de 250 hectares às famílias selecionadas, que deveriam possuir comprovação financeira e de experiência agrícola, enquanto o PAD Marechal Dutra distribuía apenas lotes de 100 hectares, não exigindo a mesma comprovação financeira, apenas aquela que garantia o conhecimento sobre a atividade agrícola. As terras do PAD Burareiro eram destinadas principalmente ao plantio de cacau, enquanto nas do PAD Marechal Dutra cultivava-se majoritariamente o café, de acordo com a política de incentivos do governo federal. A BR-364, que atravessa todo o estado de

Rondônia, orientou a colonização ao longo da rodovia e, desta forma, as terras de Burareiro e de Marechal Dutra, localizadas mais próximas ao trecho da BR, tornaram-se mais valorizadas com o tempo. Segue um mapa da região acima descrita:



Figura 1
Guia Geográfico:
Rondônia/Mapas do Brasil

O uso de categorias posicionais ligadas ao processo de transformação da “floresta” em “terra” será problematizado nesse artigo. Essa transformação diz respeito à mudança da terra caracterizada como sem valor comercial para a “terra aberta” e, portanto, agricultável. Utilizo essa noção a partir de Barbira-Scazzocchio, uma vez que a autora define a política de transição de uma “frente extrativista” para uma “frente pioneira” a partir da transformação de “floresta” em “terra”, isto é, em propriedade passível de se obter e transferir a posse, baseada na produção agropecuária e na retirada da cobertura vegetal (1980). Por isso, trato a respeito da categoria “pioneiro”, bem como sobre a categoria “aventureiro”, sendo ambas utilizadas por aqueles que ocuparam as terras nos assentamentos e o seu desdobramento posterior na categoria “fundador”. Desta forma, há o reconhecimento de um “senso de honra” (Bourdieu, 1972) em relação àqueles considerados “pioneiros”. A partir de conversas realizadas com seis “pioneiros” – três que possuem terra no PAD Marechal Dutra, área do município de Alto Paraíso; e outros três

1 Para outros estudos que focalizam a questão do pioneirismo em Rondônia, no entanto, a partir de diferentes perspectivas epistemológicas, cf. Matias (1998) e Silva (1984).

que já possuíam terra no PAD Burareiro, em Ariquemes – salientarei a diferença no uso dessas referidas categorias ligadas ao objetivo da ocupação das terras, e também ao sentimento de experiência do “novo”.

Dessa maneira, o artigo está organizado em quatro seções posteriores à introdução. A primeira seção diz respeito ao período anterior aos projetos de colonização e como as famílias reivindicam o pertencimento a um momento específico da história de Rondônia, que tem início com o investimento do governo federal na implantação do polo agrícola na região. Na seção seguinte, discuto as denominações que fazem referência à experiência do pioneirismo, explicitando que essa é uma noção analisada por diversos estudos nas áreas das ciências sociais, sendo possivelmente atualizada no contexto de Rondônia. Além disso, explicarei a diferença entre as categorias “pioneiro” e “fundador”, sendo a segunda circunscrita a um momento histórico específico. Em seguida, os sentidos diversos do sentimento ligado à busca do “novo” são apresentados, o que se conecta à autodenominação de “aventureiros”, sendo necessário ultrapassar as “dificuldades” para serem reconhecidos como “pioneiros”. Em cada seção, serão trazidas trajetórias de diferentes “pioneiros” e suas famílias, não seguindo uma ordem específica na apresentação das mesmas, mas tomando-as na medida em que são relevantes para dar conta dos objetivos apresentados.

AS HISTÓRIAS ANTES DO “INÍCIO”

Seu Beto foi o primeiro farmacêutico de Ariquemes, localizada na porção norte de Rondônia. Chegou à cidade no início da colonização, em 1976. Paulista de nascimento, “correu o mundo” desde cedo, não levou consigo seus pais e irmãos, que permaneceram no interior do estado de São Paulo. Sua primeira “parada”, antes de Rondônia, foi o estado do Paraná, no qual chegou a ser prefeito da cidade de Goioerê, em 1965. É conhecido em Ariquemes não somente pelo tratamento dos doentes de malária, mas também por ser “falador”. Apesar de ter possuído um lote no PAD Burareiro, foi sua atuação como farmacêutico na cidade que o tornou reconhecido como “pioneiro”. Quando fui conversar em sua casa, fez questão de me explicar cada árvore frutífera que tinha em seu pomar, depois se sentou na varanda e, estabelecendo o tom da conversa, começou a contar a sua história “do início”. O “início” é marcado pelo momento de implantação dos projetos de colonização, isto é, o começo do denominado “ciclo agrícola de Ariquemes”. Fez questão de dizer que, quando chegou à região, “não tinha nada, era mata, só tinha umas casinhas começando”. Não havia nem cemitério – ele não fazia ideia de como as pessoas “morriam” e eram enterradas. Portanto, o primeiro episódio do qual ele se recorda sobre a construção da cidade é o da inauguração do cemitério de Ariquemes, da qual ele participou:

Quando inauguramos o cemitério, estávamos com uma seringueira velha, cachaceira, ela tinha uns 90 anos. Mas ela ficou aí bebendo cachaça; quando faleceu, o cemitério já estava pronto, no jeito. E nós aqui na nossa cidade tínhamos oito carros, eu tinha uma Kombi. Foram todos os carros no enterro da Marcelina. Estou contando a história da Marcelina porque eu estive no cartório com um escriturário que hoje é aposentado há muito tempo e ele me mostrou o primeiro livro de quando foi criado o distrito de Ariquemes, de 1922. E a Marcelina era casada oficialmente e o marido dela tem o sobrenome de Arikeme [grupo indígena]. Então, foi com essa Marcelina que nós inauguramos o cemitério (Seu Beto, 25/04/2012).

A velha Marcelina representava duas populações da região que não tinham “perfil” para participar da seleção realizada pelo governo federal para os projetos de assentamento – os seringueiros e as populações indígenas. Fica claro na fala de seu Beto que já existiam populações que moravam naquele espaço, inclusive garimpeiros, não sustentando a ideia propagada pelo governo de que ali era um “vazio demográfico”. No entanto, não é à toa que ele escolhe o momento específico da morte e do enterro da seringueira Marcelina como o momento inicial de seu relato sobre a história de Ariquemes. É como se o enterro de Marcelina, inaugurando o cemitério, indicasse a morte de uma determinada era de Ariquemes. Junto com Marcelina, morria o passado associado aos seringueiros, um dos primeiros ciclos de desenvolvimento econômico da região, junto dela morriam também os índios da etnia Arikeme, que ali viviam antes mesmo do período áureo da borracha. As famílias que haviam se deslocado para a cidade com o intuito de possuir terra própria foram sepultar aquele passado e iniciar uma nova Ariquemes.

Nesse sentido, corroboro a análise de Marques (2013) sobre os pioneiros de Pernambuco e de Mato Grosso do Sul, pois a autora afirma ainda que os relatos destes sejam feitos em primeira pessoa, remetendo-se a lembranças pessoais, com estilos narrativos diferenciados em cada um dos estados; as narrativas são constitutivas de uma memória coletiva. No caso de Rondônia, os “pioneiros” circunscrevem o momento do “início” como a implantação dos projetos de assentamento dirigidos (PADs) de Burareiro e Marechal Dutra. A cidade começava a receber as famílias que, “abrindo” os seus lotes, construindo suas casas na cidade, seriam responsáveis por inaugurar outra etapa – a da construção da cidade de Ariquemes e a participação nos projetos de colonização. Estes que fizeram parte do projeto de construção de Ariquemes, orquestrado pelo governo federal, imprimindo suas marcas pessoais, são denominados e reconhecidos entre si como “pioneiros”.

(RE)CONFIGURAÇÕES ACERCA DO PIONEIRISMO

Durante as primeiras incursões ao campo, percebi que muito daquilo que me interessava pesquisar sobre Rondônia confluía para uma identificação específica, que caracterizava grande parte dos que foram responsáveis pela ocupação daquela área do estado. Os “pioneiros” – como se identificam e são identificados por aqueles que deles descendem – são as figuras centrais da localidade, por dois motivos característicos: em primeiro lugar, comungavam o mesmo desejo de buscar a terra, principalmente com o objetivo de possuí-la para a família; em segundo lugar, sofreram as consequências dessa busca, tendo sido necessário enfrentar uma vasta gama de adversidades para fazer prosperar o sonho que os levou até a Amazônia. Portanto, “pioneiro” é uma categoria nativa que se configura como um elemento-chave para o entendimento do processo de ocupação de Rondônia.

Assim como a colonização, a interpretação de fronteira como “lugar da alteridade” (Martins, J. S., 2012) deve ser tomada se houver também como referência a organização sociopolítica e econômica global. Velho analisa o desenvolvimento capitalista a partir da fronteira, o que, de acordo com o autor, leva a uma modalidade do capitalismo que possui características autoritárias (1979). Ademais, faz uma caracterização das fronteiras em três tipos diferentes – “aberta”, “fechada” e “aberta, mas controlada”. A partir da década de 1950, o que o autor denomina como “campeinato de fronteira” gradualmente se desmarginaliza com a infraestrutura das estradas, como a Belém-Brasília e a já mencionada BR-364, e com a facilidade de escoamento de produtos, proporcionada pelo Governo Federal. Hébette e Marin (2004, p. 76), unindo os termos “fronteira” e “colonização”, afirmam: “São os imperativos do capital que determinam a transição da frente de expansão para a frente pioneira, são eles que determinam, forçosamente, a institucionalização da fronteira, na forma de colonização”. Ainda de acordo com o mesmo autor, a colonização em si, com todo o aparato legislativo, representa para a classe de proprietários rurais um instrumento de domínio e de controle da ocupação do espaço.

Velho define a frente de expansão “como sendo constituída dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas” (1979: 13). A necessidade de proximidade entre o que Velho chama de “beira” – isto é, o lugar de residência – com o lugar de trabalho na mata amazônica faz com a frente de expansão avance, sendo caracterizada como uma frente pioneira. De outra maneira, para Martins, “frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado” (Martins, 1975: 45). Ao passo que a faixa intermediária entre a de fronteira e a demográfica é de-

nominada “frente de expansão”, se enquadrando nas relações de mercado. Cumpre ressaltar que a fronteira é caracterizada pelo autor como o lugar do novo, em contraste com o tradicional, o que aparece recorrentemente nas entrevistas com os “pioneiros” de Rondônia.

Além disso, a ideia de pioneirismo não é algo recente ou que teve início com o processo de colonização da Amazônia, mas que está intrinsecamente ligado a práticas associadas ao povoamento do território brasileiro. O presidente Getúlio Vargas já apresentara ao país a noção de conquista e desbravamento do Oeste brasileiro como forma de integração dessa área ao Estado-Nação. Assim, a ocupação dos “espaços vazios” era uma preocupação anterior à colonização da Amazônia (cf. Vargas, 1938). Mesmo nas décadas de 1920 e 1930, o bandeirantismo era apresentado como o ideário da conquista que leva ao progresso e à modernidade. Esse fenômeno ocorreu, sobretudo, no estado de São Paulo e o “bandeirante apresentou-se como síntese do espírito paulista que construía o Brasil” (Raimundo, 2004: 16). A análise realizada por Moog, em uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil, tem como conclusão que a primeira nação é o resultado da ação dos *pioneers*, ao passo que a segunda é fruto da ação dos bandeirantes. O autor analisa a figura do *pioneer*, que mesmo sendo deslocado pelos sulistas e ianques, ainda mantém a “paixão pelo novo”. Para Moog, na Amazônia não há atividade que não seja bandeirante, no sentido de garantir uma riqueza rápida e de ordem predatória. Desta forma, um dos pontos centrais de sua análise é: “A imagem idealizada do que emigra para ficar é a imagem orgânica do pioneiro; a imagem idealizada do que emigra para voltar a ponto de partida é a imagem predatória do bandeirante” (Moog, 1955: 178) Martins também explica que a concepção de “pioneiro” deve ser analisada sob o ponto de vista ideológico, uma vez que escamoteia ocupações territoriais anteriores, como aqueles que levam para outras regiões “as velhas virtudes, concepções e relações sociais essenciais da sociedade que representa” (Martins, 1986: 113). A citação de Moog pode ilustrar uma das principais características do pioneiro em Rondônia – aquele que cria condições para que ele e sua família possam permanecer na terra e na casa. Portanto, ao abordar o conceito de pioneiro e variações posicionais nesse artigo, não se trata de apresentar um conceito novo, mas demonstrar noções atualizadas do pioneirismo, a partir de uma política de Estado.

No caso aqui analisado, o pioneirismo é visto como uma forma de enquadramento social, na qual a busca pelo “novo” é um elemento constitutivo da vida das famílias, tendo sentidos distintos. Portanto, o “novo” está ligado à experiência de participar na construção desse espaço recém-conquistado, seja em relação à produção agrícola ou à formação das cidades. Também se relaciona ao espaço, que é continuamente reconfigurado por novos grupos familiares que vão sendo formados, dando novos contornos à terra, em seus diferentes usos.

Nesse caso, “a busca pelo novo” é constitutiva dos movimentos que a família já realizava, antes mesmo do programa de colonização em Rondônia.

CONVERSAS COM “PIONEIROS” E “FUNDADORES”

Por ser “pioneiro”, seu Abel Zanella, 65 anos, natural do Espírito Santo, comenta sobre a necessidade que sentiu de criar uma “comunidade”, assim que chegou a Ariquemes. Não seria necessariamente um núcleo urbano, uma vez que a família Zanella ocupou as terras em 1972, isto é, quando ainda não havia “chegado o Incra” e, portanto, não existiam as demarcações de terra na região, seja em lote, seja em data². Vale destacar que há referência da família às pessoas que já moravam na área. No entanto, de acordo com os Zanella, os garimpeiros, por exemplo, não vivenciavam suas práticas cotidianas da mesma forma que o grupo recém-chegado.

Para tentar criar a “comunidade” na qual acreditava, seu Abel fez uso principalmente da doutrina católica, já que havia frequentado o seminário antes de se formar como professor de filosofia. Ele fazia propostas de atividades que favoreciam o contato entre os moradores da Vila Velha, onde a cidade teve início: “A gente aproveitou um barraquinho de palha, a gente se reunia aos domingos e convidava os vizinhos para se encontrarem, e começou a criar a vida comunitária que não tinha. Só tinha bar, cachaça, cerveja, prostituição, tinha tudo. Mas não se encontravam fora dessas mazelas”. Esses aspectos não faziam parte da ideia que os Zanella tinham de comunidade. Seu Abel caracterizava essas “mazelas” como prejudiciais à instalação de sua família naquela nova área. Para ele, era necessário um ambiente “comunitário” que fugisse do que havia na Vila Velha, a primeira área do que viria a se tornar a cidade de Nova Ariquemes, predominantemente ocupada por garimpeiros. Era “o ninho”, “o dormitório” para aqueles que exploravam a cassiterita no garimpo Massangana: “E a gente começou a criar esse vínculo de encontro, vida comunitária. Começamos a descobrir juntos o que era bom e o que não era bom, o que ajudava e o que não ajudava, o que podia melhorar um pouco, fazendo junto isso”. A vontade de criar laços comunitários, com base na doutrina da Igreja, aparece nos relatos de seu Abel Zanella quando comenta sobre as pessoas que viviam na Vila Velha assim que chegaram:

O nordestino que há 40, 50 anos já andava dentro dos seringais. Bastante caboclo convivendo com os índios. Aí, quando o garimpo abre, eles vêm para o garimpo também. Então, teve essa mistura de seringueiro, garimpeiro, agricultor, isso aí ficou dentro da Vila, a gente aprendeu a conviver com essas diferenças todas e no fim foi até bom. Deu para ir criando um novo jeito de ser social (Seu Abel, 26/04/2012).

2 As terras recebidas nos projetos de colonização recebem o nome de lote, sendo de diferentes tamanhos – 100 hectares no caso do PAD Marechal Dutra e 250 hectares no PAD Burareiro. Já o terreno da cidade, que foi doado pela administração local quando chegaram a Ariquemes, recebe o nome de data.

A necessidade de criação de uma comunidade acontece com a chegada das famílias que vêm em busca das terras para agricultura em Rondônia:

Ali tinha lazer – o banho e o futebol e cervejada, cachaça, embriaguez, tudo nas barraquinhas de bar. E a gente não era muito disso, criou outro esquema, era o esquema da família, e convidava os que estivessem interessados em uma proposta diferente.

A proposta desse “novo jeito de ser social” partiu de uma necessidade circunstancial, enquanto todos ainda viviam muito próximos, fossem os membros da família Zanella ou mesmo os que já moravam naquelas terras. Mas depois eles foram se individualizando, na medida em que cada um foi “abrir” o seu lote.

As recordações de seu João Zanella, 72 anos, irmão mais velho de seu Abel, também envolvem momentos da história de Nova Ariquemes enquanto estava sendo construída. Os familiares mais velhos que possuem o conhecimento do saber-fazer na terra que repassam aos mais novos (Woortmann e Wortmann, 1997). Ele se orgulha do fato de que a primeira casa de alvenaria foi construída por ele e também por outra família, que retornou a São Paulo. Seu João comenta: “Não tinha nem material. Foi tudo comprado em Ji-Paraná. Fiz a casa e nem botei a parte elétrica, não tinha cano, não tinha nada, tive que fazer depois”. Na vila, não havia casas de alvenaria, elas eram construídas com folha de palmeira. “E o caboclo amazonense, que é borracheiro ou seringueiro, ele usa esse tipo de casa que era chamada de *paxiúba*, que era o nome da palmeira. E a gente, quando chegou, não se sentiu bem de fazer, mesmo porque não sabia trabalhar com esse material da mata.

Seu João Zanella também se recorda de quais famílias foram contemporâneas na chegada a Ariquemes: “Os primeiros que vieram junto com a gente foram os Cozer, a primeira família, depois os Juliatti, os Martinelli, os Tamanini, todos capixabas e com ascendência italiana. Brumatti, Ferrari, tem três gerações de Ferrari aí”. O “pioneiro” tem que ser capaz de se recordar do que existia na área quando a ocuparam, bem como de outras famílias que vieram na mesma época, para a organização de um retrato fiel do período de ocupação, prova de que estavam em Ariquemes quando “ainda não havia nada”. No entanto, é relevante salientar a lembrança de outras famílias em relação àquelas que estavam mais próximas fisicamente nas datas ou na ocupação dos lotes, ou mesmo aquelas que vieram juntas, tal como contou seu João.

Seu Pedrinho de Oliveira, mineiro, 83 anos, se orgulha de ser considerado “pioneiro” de Ariquemes. Na parede da sala de jantar de sua casa, ao lado das fotos das reuniões de família, existem várias placas comemorativas de sua participação como sócio fundador do Lions, tanto em Ariquemes quanto em Espera Feliz, em

Minas Gerais. Seu Pedrinho se recorda com alegria do momento de fundação do Lions, porque, segundo ele, o clube ajudaria a fortalecer os laços entre as famílias que acabavam de chegar a Rondônia: “Fundei em 1977, 1978. O primeiro lugar em que a gente fez a reunião foi na oficina mecânica, sentado no motor, numa caixa, não tinha lugar pra gente reunir, não tinha lugar pra reunir na cidade”.

Ele também me mostrou, quando fui à casa dele pela primeira vez, a placa que recebeu do estado de Rondônia como “pioneiro” de Ariquemes. Para tanto, houve uma cerimônia organizada pela Assembleia Legislativa, na qual seu Pedrinho e seu Abel Zanella foram apresentados como “pioneiros”, entre outros. Em 2010, a prefeitura da cidade também organizou um evento em homenagem aos “pioneiros” de Ariquemes. Sobre as características do “pioneiro”, principalmente aquela ligada a um recorte temporal específico, seu Pedrinho de Oliveira comenta: “As famílias que receberam [a homenagem] chegaram no mesmo ano que eu ou um pouco depois. Eu me considero “pioneiro”, e são só aqueles que chegaram primeiro mesmo, nos primeiros anos”. Ele conta que as famílias que podem ser consideradas “pioneiras” seriam aquelas que chegaram a Rondônia nas décadas de 1970 e início de 1980. Ele enfatiza quais seriam os possíveis critérios do pioneirismo:

Nunca existiu e nem existe um critério para definir o que é pioneiro. Era o reconhecimento dos primeiros que vieram, se destacaram de alguma forma, prestaram serviço à comunidade. Eu fiz parte de várias associações, fundei outras associações, fui chefe de gabinete [da prefeitura] durante 20 anos, então sempre tive uma participação muito destacada em Ariquemes. Isto contava, além de ser pioneiro mesmo. Cheguei aqui, não tinha nada, não tinha cidade. Então, eu e meu irmão somos pioneiros mesmo. E teve gente que veio em 1979, 1980 e tudo era considerado pioneiro (Seu Pedrinho, 07/03/2013).

Quando perguntado sobre quem morava em Ariquemes quando chegou, seu Pedrinho se recorda que havia apenas um pequeno grupo de pessoas que já morava no local havia anos. Porém, ainda não existia a cidade:

Gente que já estava aqui, de muitos anos atrás. Aqui, não [Nova Ariquemes], não tinha ninguém. Aqui não tinha rua, não tinha nada, não tinha nada aberto ainda. Nós viemos quando abriu a primeira rua lá na entrada, naquele posto de gasolina, estamos aqui desde aquela época, desde a primeira rua estamos aqui. Não tinha nem Incra. Quando fomos fazer a nossa inscrição pra pegar os lotes, nós tivemos que ir a Ouro Preto, nem Incra tinha aqui (Seu Pedrinho, 07/03/2013).

Assim que chegou a Ariquemes “não havia recurso nenhum”, só o setor um da

cidade estava “aberto” e o resto era “mata”. Comentou sobre quais famílias eles conheciam que tinham chegado “desde o início”: “Os Zanella são daquela época, mas tinha mais gente. O Beto da farmácia estava aqui naquela época”. Seu Pedrinho também chama a atenção para o “traçado moderno” da cidade, fazendo referência à divisão em setores – residencial, comercial, industrial e de diversões.

Seu Josivaldo Aquino, 72 anos, é morador de Alto Paraíso e ainda possui a terra do início do projeto de colonização, um lote do PAD Marechal Dutra. Ele mora até hoje no lote que ganhou, motivo de orgulho. Ele me recebeu, junto com Ítalo, que é seu afilhado. A conversa se estendeu pela varanda e pelo lote, no qual ele me mostrou a criação de gado e o arroz mecanizado que está sendo produzido através do contrato de arrendamento com “um pessoal” de Vilhena, do sul do estado.

Seu Josivaldo se lembra, com orgulho, que ele viu a pequena cidade de Alto Paraíso crescer, tendo contribuído para a sua construção:

Veio o governador aqui, não tinha nada, só tinha um patrimônio, agora tem comércio, tem banco, tem médico, é uma cidade hoje. A primeira vara de [Alto Paraíso] fui eu que cortei para fazer a Prefeitura, os colégios que tem ali na praça e a Câmara de Vereadores”.

A sua participação na criação de Alto Paraíso faz com que se considere um dos “fundadores” da cidade. Nesse sentido, o movimento se aproxima da dimensão apresentada por Becker, que explica que a expansão da fronteira não se resume a um movimento que seja apenas caracterizado como agrícola, sendo o espaço urbano a base logística para a sua ocupação (1990: 22). Ao mesmo tempo em que se recorda com alegria de sua participação, no passado, na construção da cidade de Alto Paraíso, seu Josivaldo se queixa de que a “cidade está muito próxima”, já que ele gosta do “sossego da roça”. Devido ao crescimento de Alto Paraíso, que se tornou município no ano de 1993, a cidade avançou e o lote dele fica atualmente somente a 3 quilômetros dos limites da cidade de mais de 19 mil habitantes.

Baiano de Cruz das Almas, Seu Armínio Araújo tem uma família numerosa que mora com ele no lote. Ele é compadre de seu Josivaldo, também morador da linha C-95, e compadre, por sua vez, do pai de Ítalo, seu Francisco Pereira. Ele também é proprietário até hoje de um lote em Marechal Dutra. Considerar-se um dos “fundadores”, para seu Armínio, é poder compartilhar muitas histórias “do início”, principalmente com seus “companheiros de linha”. Ao continuar a conversa, ele me explica porque se considera um dos “fundadores” de Alto Paraíso:

Porque fomos nós que abrimos isso aqui. Quando nós chegamos aqui, esse patrimônio não tinha uma vara derrubada, era mata virgem. Fomos nós que derru-

bamos mesmo, essas linhas daqui da BR era tudo mato, né? Nós que abriu. Cada qual que abriu o seu. A estrada foi todo mundo junto, juntou todo mundo, roçar picadão pra vir o trator para abrir, foi nós que fizemos tudo na mão. Então, quer dizer que nós chegamos do começo para trabalhar aqui. Então, somos fundadores daqui sim. Eu me orgulho, graças a Deus. Porque, pelo menos, que nem diz o outro, a gente tem uma passagem meio difícil na vida, né? [risos] (Seu Armínio, 14/03/2013).

“Foi feito tudo na mão”, “chegaram do começo” são colocações que mostram o orgulho que seu Armínio sente em participar da construção desde o início. Isso porque “a passagem meio difícil na vida” garantiu que ele pudesse ter terra para a família, além de participar da construção de um patrimônio urbano: a cidade de Alto Paraíso. Este é o principal sentido da palavra patrimônio utilizada pelos interlocutores: a construção de uma pequena infraestrutura em um espaço coletivo e a participação na formação deste faz com que possam se caracterizar como “fundadores”. O orgulho é um sentimento citado tanto nos relatos de seu Armínio quanto nos de seu Josivaldo. A partir das falas de ambos podemos verificar que a caracterização como “fundador” é diferente de “pioneiro”, pois a primeira está especificamente ligada à abertura da cidade. Não é o intuito construir uma tipologia destes termos, mas mostrar como o pioneirismo se desdobra em outras categorias, como a de “fundador”. Esta, por sua vez, aparece não quando se fala sobre o empreendimento da vinda para Rondônia, mas do momento específico de construção do “patrimônio” de Alto Paraíso, ou seja, da organização daquela cidade. Nessa direção, Thomas e Znaniecki indicam que os grupos domésticos, ao se deslocarem das cidades polonesas, passam a ficar isolados em relação ao conjunto de regras tradicionais de sua comunidade e da família (1918: 100). O pioneirismo aqui é analisado como o esforço de estabelecimento de uma comunidade com regras específicas, as quais orientam o reconhecimento social. Desta maneira, organizam o pertencimento às terras de colonização em Rondônia, cuja base de ocupação é eminentemente familiar, ainda que não utilize especificamente o termo “grupo doméstico” neste trabalho.

Vale ressaltar que a categoria “fundador” somente aparece relacionada a Alto Paraíso, uma vez que era um antigo NUAR – Núcleo Urbano de Apoio Rural. Se em Ariquemes já havia uma infraestrutura urbana por ser o centro do investimento da colonização à época, por outro lado, em Alto Paraíso, houve a participação mais ativa dos “pioneiros” não apenas na “abertura da mata”, mas na criação de espaços urbanos de sociabilidade e instituições, sejam as privadas ou mesmo as do Poder Público, como a prefeitura. Portanto, os “pioneiros” Armínio e Josivaldo também se reconhecem como “fundadores” de Alto Paraíso.

O NOVO, AS DIFICULDADES E A AVENTURA

Para Beto, todos aqueles que chegaram no início podem ser considerados “aventureiros”, em seus termos: “E todo mundo que chegou aqui foi aventureiro, ninguém chegou com dinheiro. E geralmente o povo que chega com dinheiro, eles vêm depois que a cidade está pronta”. Desta forma, era preciso que viesse primeiro um grupo de pessoas para abrir a cidade, para que depois chegassem aqueles “com dinheiro”. Assim, encarar “a aventura” da vinda até Rondônia, mas especialmente as “dificuldades” do início da ocupação, isto é, ser considerado um “aventureiro”, faz parte dos requisitos que tornam legítimos o reconhecimento local sobre quem pode ser considerado posteriormente um “pioneiro”. Martins postula que a figura central e sociologicamente reveladora da fronteira não é o pioneiro, mas sim a vítima, por duas características principais: “suas fragilidades e dificuldades, numa sociabilidade que parece nova, aparentemente destituída dos automatismos da reprodução social, característicos de regiões de ocupação antiga” (2012: 10). No entanto, esta seção visa também mostrar que a situação de “dificuldade” (termo nativo) no início é justamente um dos argumentos que evidenciam a participação dos trabalhadores na construção de “algo novo”, na produção agrícola na criação de um novo centro populacional, que os caracteriza como “pioneiros”. Portanto, o que poderia ser caracterizado como uma “fragilidade”, tal como aponta Martins, oferece potência para o argumento de legitimar os pioneiros como as figuras de relevância social na implantação de Nova Ariquemes.

Seu Osvaldo Silva chegou no ano de 1986 a Rondônia. Ele também veio do Paraná, assim como seu Beto, onde tinha uma propriedade pequena, porém não era mais suficiente para a sua família que crescia. Nos anos 1980, a notícia sobre Rondônia já “corria” no Paraná, muitas pessoas tinham se deslocado para aquele novo estado devido às “dificuldades” encontradas para permanecer “em cima da terra”, com o espaço produtivo insuficiente para a família que estava aumentando. Na conversa com seu Osvaldo Silva, ele também atrelou a necessidade de buscar algo novo à explicação da necessidade de saída do estado do Paraná, por conta da dominação daquele estado por parte dos “grandes”:

No Paraná, as coisas progrediram muito, aí você sabe, a coisa fica interessante, os grandes vão tomando conta e os pequenos vão ficando apertados. Ou você tem que ir da favela pra cidade, ou caçar um lugar novo pra sobreviver. Foi o que aconteceu comigo. [...] No Paraná, não tem futuro pra gente, [então], vindo isso aqui e vou para um lugar novo, conseguir um pedaço de terra para a gente poder pelo menos trabalhar e sobreviver (Seu Osvaldo, 13/03/2013).

A “busca pelo novo”³ é recorrentemente acionada pelos “pioneiros”. Isto se ex-

3 Rondônia aparece como o território do “novo”, na medida em que possibilita às famílias vislumbrarem condições de permanecer na terra ou mesmo de “encaminharem” seus filhos de outras maneiras, seja por meio da possibilidade de acesso à escolaridade formal, seja por meio do emprego. De qualquer forma, a análise centrada na figura do “pioneiro”, relevante por ter sido apresentada no campo, não deixa de lado o aspecto conflitivo da fronteira.

plica em razão da falta de espaço para a pequena produção, principalmente no Paraná, estado no qual a maioria das famílias que se deslocaram para Rondônia estava vivendo. Seu Beto se refere à “busca pelo novo”, que engloba a procura para construir e possuir algo tanto para si quanto para a família. Já seu Osvaldo disse preferir “enfrentar o mato” a permanecer numa situação de “dificuldades” para seus parentes no futuro. No início de seu relato sobre a vinda da família para Rondônia, ele faz uma conexão entre as causas da mudança do Paraná como uma das primeiras “dificuldades” encontradas: “Eu preferi vir pro mato, enfrentar as onças e a malária, que era o bicho de sete cabeças. Eu vou pro mato, que é isso que sei fazer. Eu fui criado toda vida na agricultura e sabia fazer isso”. A alternativa ao “mato” é a favela na cidade, diz ele. Ao passo que “onças e malária” e também os acidentes causados pelo manejo da motosserra estão entre as principais “dificuldades do início” do processo de colonização. Ele compara os processos de abertura de terra que ocorreram tanto no estado do Paraná quanto em Rondônia:

Porque o Paraná passou pelo mesmo processo de Rondônia. Paraná, quando foi abrir, veio gente do Nordeste, de Minas, de toda parte do Brasil. O Paraná inchou e começou a se desenvolver com isso. Mas você sabe que, quando um lugar se desenvolve, ele traz grandes fazendeiros, grandes empresas que começam a tomar conta daquilo que é mais rentável. Sobram para as pessoas mais pobres as migalhas, você vai ficar sem espaço, foi o que aconteceu com a gente (Seu Osvaldo, 13/03/2013).

A “dificuldade” no início é justamente um dos argumentos que evidenciam a participação dos trabalhadores na construção de “algo novo” que os caracteriza como “pioneiros”. Ainda sobre quais eram as “dificuldades do início” em Rondônia, ele conta: “A estrada era difícil, né? O município não conseguia manter a qualidade das estradas. Então, os produtos da gente eram baratos, era um lugar de difícil acesso, você não conseguia escoar esses produtos”. A falta de estradas estava ligada intrinsecamente à “falta de preço” dos produtos, principalmente para aqueles que possuíam terras no PAD Marechal Dutra e moravam na área que atualmente é Alto Paraíso, que ficava mais distante do centro administrativo que, naquele momento, era Ariquemes. Ainda hoje, as “dificuldades” se fazem presentes no cotidiano. Mas o seu Osvaldo conjuga oportunidades e “dificuldades” de uma forma não usual: “As dificuldades são muitas e existem ainda hoje. Ainda existem dificuldades que não tem para lá onde o país está mais desenvolvido. Mas aqui também tem oportunidades que lá não existem mais”. O quadro apresentado por seu Osvaldo sugere que o sul do país era mais favorável para as pessoas com mais recursos financeiros, deixando os pequenos produtores com

menos possibilidades de permanência.

Tanto no estado do Paraná quanto em Rondônia, seu Beto teve a experiência de participar da construção de novos espaços para a produção agrícola: “Aliás, quando eu cheguei ao Paraná em 1950, era pura mata. Quando eu abri o Paraná, vim pra cá, mata de novo”. Além disso, também como Beto havia pontuado, sair para “enfrentar o novo” tem uma conotação ligada às condições de vida experimentadas pelas pessoas e à necessidade de buscar um espaço para a família. Na formulação de seu Osvaldo: “Quando fica bom para viver, o pobre tem que sair para enfrentar a dificuldade de novo, parece que pobre nasceu para isso, né?” – é o imperativo da necessidade econômica que orienta o movimento e, consequentemente, a chegada de um novo desafio, “ainda a ser explorado”. Tanto seu Beto quanto seu Osvaldo consideram que esses trabalhadores seriam úteis em um período de desenvolvimento, no entanto, os “grandes” podem “tomar conta” do resultado do trabalho de famílias como as deles⁴. Seu Armínio Araújo, ao se recordar das “dificuldades do início da colonização”, considera a existência da malária nas terras de Marechal Dutra como a possibilidade para que famílias como as deles, isto é, sem recursos financeiros, pudessem ter terra: “Nós ganhamos essas terras aqui por causa da malária, porque era um lugar doente, o fazendeiro não quis entrar para investir, porque ele não conseguia ninguém pra entrar aqui, e se chamasse alguém pra entrar, ninguém vinha”, explica.

Para seu João Zanella, capixaba, que se deslocou a Rondônia em 1972 e sempre trabalhou na terra, a importância da chegada da família em Ariquemes foi começar a prática da agricultura naquela região, onde antes havia garimpeiros, “aventureiros” assim como eles, mas que não se “projetaram” na atividade agrícola:

E todo mundo percebeu – agora Ariquemes começou a ir pra frente, com a família que chegou, nós plantando café, até hoje os caras antigos falam: “Vocês foram as pessoas que deram, que começaram a dar nova vida a Ariquemes”. Foi a família que começou a [fazer] brotar um novo jeito de vida – a agricultura –, derrubar e plantar (Seu João Zanella, 27/04/2012).

Até hoje, seu João Zanella mora numa das datas cuja distribuição aconteceu no início da cidade... A marca da família Zanella foi o objetivo ao qual se propunham com a ocupação das terras: produzir para agricultura, sendo necessário “derrubar e plantar”. O projeto de “abrir as terras” para que os irmãos Zanella pudessem marcar seus lotes foi feito de forma conjunta, uma decisão tomada desde a saída do Espírito Santo, conforme conta seu Abel Zanella: “Já era um projeto junto até pela necessidade. É, projeto da família”. Na fala de seu João Zanella existe um corte entre as famílias que já viviam em Rondônia,

4 Atualmente, esse processo de “expulsão” dos trabalhadores mais pobres – aqueles que ainda não conseguiram adquirir uma propriedade de terra – está ocorrendo também em Rondônia.

notadamente garimpeiros, e o projeto que a família Zanella queria desenvolver, que contemplava a agricultura, atividade que garantia a sua permanência na terra, uma vez que o cultivo demandava mais tempo que a extração de minério.

Em relação ao lote que havia “tirado” com seus irmãos, seu João comenta que ele vendeu a sua parte, mas que o recurso foi investido na compra de datas na cidade para os filhos. Ele se recorda da herança italiana recebida dos pais: “A gente tem esse capricho de nunca botar fora as coisas, quando tem as coisas, tem que preservar; se vende num período, mas tem que botar outra coisa no lugar. É a filosofia do italiano”. Ainda sobre a herança, seu Abel Zanella comenta:

O que eu percebi é que os aventureiros italianos, por alguma razão, principalmente de guerra, não queria viver nessas condições de conflito com os países europeus. Eles aproveitaram o momento em que o Brasil abriu espaço para as colônias. Acabou a escravidão, abriu espaço para a agricultura, a agricultura colonizadora, aí veio os colonos que se jogavam, se aventuravam. Uns fugindo da situação e outros se arriscando a buscar um novo mundo. Aí eu percebi que eles se jogaram de lá para o Espírito Santo e, do sul do Espírito Santo, os filhos já se jogaram para o norte. Quer dizer, parece que já havia um certo treino de se jogar. Não há muito medo de se jogar, nossa família é uma família muito corajosa, se joga, vai em busca, vai em luta, ver o que deu (Seu Abel, 05/03/2013).

Ao explicar porque ele desejou permanecer em Ariquemes, uma cidade em construção, seu Pedrinho de Oliveira diz sobre o primeiro ponto de “parada da família”, Porto Velho: “Gostei daqui, de fazer parte do projeto novo, da região nova, desenvolver uma cidade polo como é Ariquemes, não é? E ver começar do zero. Particpei de tudo desde o início, no meio e no fim. Resolvi ficar e estou até hoje e não pretendo voltar”. A palavra “projeto” é utilizada em conjugação com o novo, assim como “começar do zero”, a capacidade de organizar e fazer parte do empreendimento que estava acontecendo naquele momento. Todo esse investimento de pertencimento tem sentido se a decisão de permanência é realmente levada a sério, como afirma no fim da frase: “não pretendo voltar”. Outra razão específica para a permanência de seu Pedrinho de Oliveira foi uma decisão de seu pai:

Eu me lembro, quando era menino, que meu pai foi no Paraná, foi conhecer Maringá e voltou com a proposta de escolher lá a quantidade de terreno que quisesse. Escolher lá onde quisesse, não tinha nada, tinha três casas em Maringá, tinha uma agência de correios, uma coisa assim. Mas meu pai não quis ir pra lá, não quis enfrentar aquilo não. Acho que isso me influenciou muito depois a vir pra cá. Ele não quis ir pra lá, quer dizer, Paraná depois se desenvolveu, virou

aquela potência até hoje, as terras de primeira qualidade, muito boas. Aí, quando surgiu esse negócio de Rondônia, aquilo ficou na minha cabeça (Seu Pedrinho, 19/04/2012).

O desejo do pai de seu Pedrinho e, ao mesmo tempo, a falta de “enfrentamento” das “dificuldades” inerentes a uma região nova ficaram marcadas nele. Quando teve a oportunidade de participar da criação de uma cidade que poderia virar uma “potência”, tal qual Maringá, ele não mediu esforços. O irmão fez o convite para que “viesse olhar as terras” e seu Pedrinho se tornou um dos “pioneiros” de Ariquemes. A malária e os constantes acidentes que, devido à falta de conhecimento, ocorriam ao manejarem as ferramentas para a “abertura da terra”, principalmente a motosserra, apareceram como as principais “dificuldades” para seu Pedrinho nesse período inicial.

Uma das principais possibilidades de trabalho colocadas para os marechais, no início, era a de trabalhar para os burareiros: “No começo, os burareiros pagavam muito bem, porque eram financiados para plantar cacau. Todo mundo que partiu pra aqui foi por falta de dinheiro. Eu já tinha um dinheirinho, tinha uma casinha boa em Ariquemes, fiquei reservando aqui, abrindo o lote, fiz uma casinha boa aqui”. Sobre o trabalho para os burareiros, seu Armínio Araújo comenta a diferença entre estes e os marechais: “Aí tinha os burareiros pra lá que vieram mais forte, né? Eles pegaram mais terra, eram 250 hectares, aí eles sempre pagavam a gente e no sistema lá do Paraná, eles não trabalhavam na terra não, eram os outros que trabalhavam pra eles! [risos]”. Não só o tamanho da terra os diferenciava, mas também aqueles que exerciam o trabalho nas terras: os menores (ou mais fracos) trabalhavam para os maiores (ou mais fortes).

Para criar seus filhos, não foi fácil. Seu Josivaldo Aquino conta que sempre teve de trabalhar muito, já que no momento em que ele começou a trabalhar na terra não sabia que teria direito a se aposentar por esse serviço. “A gente lutou aqui, mas sempre foi bom”, comenta ele. A luta também aparece como elemento relevante, uma vez que se aproxima da diferenciação estabelecida anteriormente entre “passar dificuldade” e “enfrentar dificuldade”. Enquanto a primeira pode ser evitada se houver coragem, trabalho e luta, a segunda diz respeito a ultrapassar os problemas do encaminhamento da colonização no âmbito da administração federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, o reconhecimento do pioneirismo se liga ao pai de família e, em menor monta, à família como um todo. Vejo a caracterização como “pioneiro” como uma forma do grupo que chegou a Ariquemes no início da colonização oferecer

significado à sua permanência na terra e/ou na cidade. Baseio-me também em questionamento proposto no trabalho de Ramos que, ao estudar os sem-terra de um assentamento em São Paulo, indaga se as “histórias de assombração” podem ser consideradas “uma linguagem específica deste grupo para dar sentido a aspectos de sua própria história [...]” (2009: 24). O pioneirismo em Ariquemes é construído principalmente a partir de três argumentos – temporalidade, sentimento de pertencimento dado pela “abertura da terra” e reputação masculina. Esta categorização é essencialmente associada ao *ethos* masculino, já que, em sua maioria, os chefes de família foram os responsáveis por realizar a “abertura da terra”. São enaltecidas a coragem e a luta que fazem parte das características que conformam a reputação dos “pioneiros”. O recorte temporal daqueles que são considerados “pioneiros” alcança o grupo que chegou até o início da década de 1980, conforme os relatos que foram analisados no texto, ainda que não haja um corte preciso de data.

“Dificuldade” é uma categoria nativa recorrentemente usada pelos pioneiros em seus depoimentos. Esta diz respeito a todos os processos que ofereciam problemas a serem contornados quando da chegada das famílias a Rondônia, desde a “abertura da mata” até o escoamento da produção. No entanto, vale ressaltar que existem duas formulações relacionadas ao uso dessa categoria. Além daqueles problemas relacionados à gestão dos recursos federais voltados à colonização, “enfrentar dificuldade” tem a ver especificamente com a capacidade de trabalho⁵ daqueles que chegaram a Rondônia. Em uma relação de causa e efeito, aquele que trabalha não “passa dificuldade” com a sua família, ultrapassando aquela advinda da falta de infraestrutura e outros problemas, causados principalmente pela administração do espaço pelo governo federal.

Ao enfrentarem as adversidades para a ocupação da terra, todos são considerados “aventureiros”, porque requer coragem e perseverança fazer esse movimento de deslocamento para um lugar sem infraestrutura, geralmente dispendo de poucos recursos financeiros. No entanto, eles diferem nos projetos de vida que têm, pois, como seu Abel Zanella afirma, os “garimpeiros” eram “aventureiros como nós”, só que não compartilhavam a projeção de futuro na atividade agrícola para a ocupação da terra. O uso do termo “aventureiro” está relacionado ao que foi comentado no relato de seu Beto, ou seja, o que todos tinham em comum ao virem para Rondônia era a imprevisibilidade do que iriam viver naquela nova terra e a vontade de melhorar de situação em relação a de onde eles saíram. Apesar da imprevisibilidade que caracterizava todos como “aventureiros”, a diferença dos Zanella, e de outras famílias “pioneiras”, é que eles fizeram um “projeto de família” ligado à agricultura, ainda que a família não os acompanhasse no primeiro movimento de reconhecimento de terra, sendo trazida posteriormente. A capacidade de projetar o futuro minimiza a sua im-

5 Marin e Hébette comentam sobre a abordagem analítica em relação aos trabalhadores “migrantes” em um contexto de ocupação do espaço e da sua transformação na Amazônia: “caracterizada por um distanciamento dos modelos demográficos clássicos, e pela preocupação em integrar o fenômeno migratório nos esquemas econômicos globais, cada um refletindo suas concepções particulares sobre o crescimento e sobre o papel nele assumido pelos trabalhadores. Essa evolução caracteriza-se também, talvez, pelo fato de levantar mais problemas do que oferecer quadros interpretativos plenamente satisfatórios” (2004: 154).

previsibilidade, mas não a anula. O garimpeiro, o seringueiro e o agricultor são considerados “aventureiros”, presentes desde antes do “Inca chegar”, isto é, no início dos projetos de colonização. Aqueles que ficam após implantarem os cultivos agrícolas e que permanecem nos lotes são chamados “pioneiros”, ao passo que o termo “fundador” faz referência a um momento posterior à instalação do “aventureiro” e da sua legitimação como “pioneiro”. Isto é, se refere não somente à sua participação na construção do projeto agrícola de Nova Ariquemes, mas especificamente à organização da infraestrutura urbana incipiente, principalmente dos Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAREs), como Alto Paraíso.

Assim, enfrentar o “novo” é caracterizado tanto pela participação na construção de uma nova cidade quanto pela necessidade de ter coragem para “abrir a terra”, “enfrentar o mato”, isto é, o espaço ainda não “aberto”. A referência ao processo de “abertura”, tanto da terra quanto das ruas e mesmo do garimpo, demonstra a agência dos “pioneiros”, em contraposição à mata que existia naquele espaço e que se encontrava “fechada”. Assim, liga-se a referência feita à necessidade de transformação de “floresta” em “terra”, isto é, “abrir” o espaço para o início de um ciclo agrícola naquela região.

Portanto, as categorias posicionais “aventureiro”, “pioneiro” e “fundador”, ainda que não representem novidade em relação às práticas de organização do uso do território brasileiro, são atualizadas no processo de transformação da “floresta” em “terra” no caso dos projetos agrícolas da década de 1970 em Rondônia. Por sua vez, o processo de colonização, conjugado aos diferentes momentos históricos, resulta em distintas formas de reconhecimento social expressas nas três categorias posicionais acima apontadas.

Manuela Souza Siqueira Cordeiro é doutora pelo PPGAS/MN/UFRJ, mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ e graduada em Ciências Sociais pela UENF, sendo atualmente professora do Instituto de Antropologia – UFRR. Tem como linhas de pesquisa Antropologia rural; Família, parentesco e domesticidades; memória social; Migração e ocupação de territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIRA-SCAZZUCHIO, Françoise
1980 *Land, People and Planning in Contemporary Amazonia*. Cambridge, Centre for Latin American Studies, Cambridge University.

BECKER, Bertha

- 1990 “A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia”. In BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana Helena P. de; e MACHADO, Lia Osório (orgs.). *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília, Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Federal do Rio de Janeiro.

BOURDIEU, Pierre

- 1972 *Le Sens de l'honneur. Esquisse d'une theorie de la pratique*. Genebra, Librairie Droz.

HEBETTE, Jean e MARIN, Rosa Acevedo

- 2004 “Estado e reprodução da estrutural social na fronteira: Ariquemes, em Rondônia”. In HÉBETTE, Jean (org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. 1. Belém, Edufpa.

INCRA

- 1984 *Apêndices dos Anais do Simpósio Internacional de Experiência Fundiária*. Salvador.

MARIN, Rosa Acevedo e HEBETTE, Jean

- 2004 “Mobilidade do trabalho: revisão teórica”. In HÉBETTE, Jean (org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. 1, Belém, Edufpa.

MARQUES, Ana Claudia

- 2013 “Pioneiros de Mato Grosso e Pernambuco. Novos e velhos capítulos da colonização no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 83.

MARTINS, José de Souza

- 1975 *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira.
1986 *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, Editora Vozes.
2012 *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo, Contexto.

MATIAS, Francisco

- 1998 *Pioneiros: ocupação humana e trajetória política de Rondônia*. Porto Velho, Maia.

MOOG, Vianna

1955 *Bandeirantes e pioneiros*. Rio de Janeiro, Editora Globo.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes

2004 “Bandeirantismo e identidade nacional. Representações geográficas no Museu Paulista”. *Terra Brasilis. Representações geográficas*, São Paulo, v. 6.

RAMOS, Danilo Paiva

2009 *Nervos da terra: histórias de assombração e política entre os Sem-Terra de Itapetininga – SP*. São Paulo, Annablume/ Fapesp.

SILVA, Amizael Gomes

1984 *No rastro dos pioneiros: um pouco da história rondoniana*. Porto Velho, SEDUC.

THOMAS, William Isaac e ZNANIECKI, Florian

1918 *The Polish Peasant in Europe and America: Monograph of an Immigrant Group*. Chicago/Boston, The University of Chicago Press/Badger.

VARGAS, Getúlio

1938 *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

VELHO, Otávio Guilherme

1972 *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro, Zahar

1979 *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro, Difel.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E.

1997 *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

Pioneers, Founders and Adventurers - Land Occupation in Rondônia

ABSTRACT

In the region of Ariquemes, during the 1970s, two directed settlement projects (called PADs) were implemented as part of the military government colonization initiative. During the fieldwork, I realized that much of what I was interested in researching in Rondônia came together under a specific characterization that identified many of those who were responsible for the land occupation in that state: the “pioneer”. This article aims to discuss the use of positional categories associated with the transformation of “forest” in “land” – that is, from land with no commercial value to “open” and, therefore, farmable land – highlighting different time periods. At the time of the occupation of the land, they saw themselves as “adventurers”, unfolding into another category – the “founder” – in a later historical moment. In the ethnographic description brought to the text, my goal is to point out the difference in the use of those categories by using conversations held with six pioneers.

KEYWORDS

Pioneers,
Colonization
Projects,
Displacement,
Rondônia

Recebido em 4 de setembro de 2015. Aceito em 19 de outubro de 2017.